

## Relatório de Participação em Evento Internacional – Cons. Luiz Fernando Martins Castro

EVENTO: 12.ª reunião do IGF (Internet Governance Forum), realizado entre 17 e 21/12/2017, na sede das Nações Unidas, em Genebra, Suíça.

O IGF deriva da decisão adotada na reunião de cúpula da sociedade da informação, WSIS (World Summit on Information Society), organizada pela ITU (International Telecommunications Agency), em 2003, Genebra, com segunda parte em 2005, Túnis. Já teve dois eventos no Brasil – Rio de Janeiro – 2007 e João Pessoa - 2015.

Nesta edição houve de mais de 2000 participantes, representando os mais vários países do globo, com a apresentação de vários workshops, com as características de representação multissetorial, de origem geográfica e de gênero.

Alguns tópicos mostraram-se recorrentes e de maior interesse, como:

- A educação digital como condição de amplo acesso dos povos à internet e seus benefícios sociais, culturais e econômicos;
- Casos múltiplos de bloqueios de sites e aplicações, que acabam refletindo na esfera pessoal dos usuários, que não deram causa aos fatos que determinaram a medida, além de muitas vezes serem determinados por questões políticas e de restrição à liberdade de expressão;
- Posicionamento dos governos em relação ao uso criptografia, confrontando o pretensão interesse de segurança pública ou nacional x liberdade de expressão;
- Crescente redução dos espaços de privacidade, com claras ameaças ao direito de todos manterem seu sigilo em suas vidas privadas;
- Discussão acerca do acesso a dados públicos x privacidade dos cidadãos;
- Houve vários painéis sobre as “Fake News”, que em realidade não seriam notícias necessariamente falsas, mas informações tendenciosas ou indutoras de conclusões erradas, que são propositalmente disseminadas no interesse de determinados segmentos, ou contra outros, tendo-se concluído pela impossibilidade ou inadequação de se atribuir a terceira pessoa, especialmente o Estado, a função de qualificar informações, devendo-se preferencialmente buscar formas que minimizem o efeito dessa prática, como educação e checagem em diversas fontes, quiçá mais confiáveis. Dada a relevância do assunto, foram apresentadas várias propostas de iniciativas nacionais e regionais para manter ativa a discussão sobre o tema.
- Discutiu-se a necessidade dos países de se prepararem, de maneira efetiva e imediata, para fazer face aos desafios impostos pelo crescente uso da Inteligência Artificial, a carecer alguma regulação ética, e advento da “Indústria 4.0”, esforço esse que passa, necessariamente, pela capacitação de indivíduos, especialmente os jovens, para que não se agrave o fosso digital entre países;

Sob o aspecto pessoal, destacamos participação em workshop, no dia Zero, “Global Citizen Debate”, em que se propôs a criar uma comunidade de acompanhamento do uso da internet, pelos indivíduos espalhados no mundo, com vistas a atender as suas efetivas necessidades e expectativas quanto ao acesso democrático e inclusivo da rede. O painel contou com a presença de Vint Cerf, que sugeriu que os indivíduos tivessem uma “licença para navegar na internet”, não

no sentido de controle de identidade, mas como condição mínima de conhecimento da ferramenta e seus riscos.

Também participamos, no Dia 2 do evento, como co-moderador do Painel: “Emerging Challenges for Data Protection in Latin America”, com painelistas do México, Chile, Argentina, Colômbia e Brasil, que pontuaram o atual estágio das legislações nacionais, e relataram alguns casos específicos que denotam a complexidade do tema. O tema despertou grande interesse, e a equipe da assessoria do CGI atuou com muita competência na organização do painel, merecendo nossos agradecimentos e homenagem.

Tive também a oportunidade de visitar um antigo colega de faculdade, Dr. Victor do Prado, diplomata brasileiro, atualmente licenciado, e exercendo o cargo de Diretor do Conselho da OMC – Organização Mundial do Comércio, que nos relatou a relevância e atualidade do tema da tributação do Comércio eletrônico, e sugeriu que o CGI se integre nas discussões nacionais, capitaneadas pelo MRE, que envolvem a matéria.

Como impressão pessoal, entendo que o evento foi muito bem organizado, mas com certa redundância de temas discutidos, e algumas abordagens às vezes superficiais, talvez em razão da diversidade e assimetria existentes entre os diversos países.

Não podemos deixar de anotar que, comparativamente, o evento EURODIG (ao qual pudemos comparecer em sua edição de 2017, em Tallin – Estônia), nos parece ofertar discussões mais ricas e mais profundas, em nível compatível ao atual estágio de maturidade do CDGI.br.

São Paulo, 08/01/2018

Luiz Fernando Martins Castro